

EDUCAÇÃO E VOLUNTARIADO NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Nayhara Mirelli Moraes da Silva
Rosani Rios Carvalho

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre o Estado e o papel do voluntariado no Programa Mais Educação (PME). A pesquisa é de abordagem qualitativa e faz uma análise do trabalho voluntário no contexto de crise do capital e reforma do Estado, a partir dos anos de 1980, no Brasil. Trata-se do Trabalho Voluntário desempenhado no PME, uma política pública do Governo Federal que visa à educação integral das escolas públicas. A pesquisa foi realizada em duas escolas da rede pública municipal de ensino de Cáceres-MT mediante estudos bibliográficos, análise documental dos manuais de orientação do PME e a coleta de dados constaram um roteiro para entrevista semi-estruturada, aplicada aos sujeitos da pesquisa. Com este estudo conclui-se que o trabalho voluntário apresenta-se como um aspecto da re-instrumentalização do Estado para fins capitalistas.

Palavras Chave: Voluntariado, Programa Mais Educação, Estado.

INTRODUÇÃO

O presente estudo detém-se na análise da relação entre o Estado e o papel do voluntariado no Programa Mais Educação (PME) em duas escolas municipais de Cáceres-MT: Escola Municipal Jardim Paraíso e Escola Municipal Raquel Ramão da Silva. O marco teórico é a crise do capital, que, entre suas estratégias de superação apresentam o Neoliberalismo e a Terceira Via ambos propondo a reforma do Estado. Em 1995, no Brasil, é criado o Ministério de Administração e Reforma do Estado, e com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, propôs a descentralização de serviços, até então de exclusividade do Estado, incluindo a sociedade civil organizada através do trabalho voluntário e o terceiro setor ou público não-estatal.

Essa pesquisa é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso mediante a participação como bolsista em projetos de pesquisa, no qual foram realizados estudos bibliográficos, análise documental dos manuais de orientação do PME. A coleta de dados constou de um roteiro para entrevista semi-estruturada, aplicada aos sujeitos da pesquisa: Coordenador do “Programa Mais Educação” pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Cáceres-MT. Nas escolas foram entrevistados dois coordenadores (as) do PME designado pelas escolas, e um total de 11 voluntários que trabalham e que trabalharam em anos anteriores no PME.

Como ideal de uma Educação Pública e Democrática, a proposta de Educação Integral, presente na legislação educacional brasileira, compreende o ser humano em suas múltiplas dimensões e como ser de direitos. Desse ideal o “Programa Mais Educação” (PME), instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral, nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos. (SEB/MEC, 2011). Tais atividades são desenvolvidas por voluntários: profissionais da educação, educadores populares, estudantes universitários e agentes culturais, porém essa prática não é recente no Brasil, e está regulamentada na Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário. Nesse sentido, o PME configura-se como uma política pública em construção e um grande desafio para gestores educacionais, professores e comunidades que, ao mesmo tempo, amplia o direito à educação básica e colabora para reinventar a escola (SEC/MEC, 2011).

Diante desse discurso, torna-se de suma importância pesquisar o papel/trabalho do voluntariado no PME considerando a necessidade de superação da visão parcial e naturalizada do contexto no qual surge e se desenvolve as políticas públicas educacionais, ou seja, políticas fortemente influenciadas pelas orientações neoliberais e de Terceira via cujos princípios orientaram mudanças no papel do Estado pós década de 1980.

PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL A PARTIR DOS ANOS DE 1980

A parceria público-privada na área educacional é parte das alterações no papel do Estado, a partir da década de 1980, e da relação entre este e a sociedade civil, em decorrência da crise estrutural do capital. Dentre as alternativas apresentadas como estratégias de superação da crise encontram-se a reestruturação produtiva, a globalização, o neoliberalismo e a terceira via.

A Terceira-Via e o Neoliberalismo comungam da mesma idéia de que a crise está no Estado, porém apresentam estratégias diferentes para superá-la. O Neoliberalismo propõe a diminuição do papel do Estado e a privatização, e a Terceira-Via a reforma do Estado e a parceria com o Terceiro Setor.

Os neoliberais apontam que os gastos do Estado com políticas sociais geraram a sua crise fiscal, propõem a retirada completa do Estado da provisão de direitos sociais, bem como sua atuação na área empresarial, e propõem como estratégia a privatização de bens públicos. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado, portanto a lógica do mercado deve prevalecer, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo.

Para Giddens (2001), os neoliberais querem encolher o Estado; os social-democratas expandi-lo e a Terceira Via afirma que é necessário reconstruí-lo. Diferente da teoria neoliberal, para quem a democracia é prejudicial ao livre andamento do mercado, a proposta da Terceira Via é a democratização da democracia, que pressupõe um Estado democrático cujo “governo pode agir em parceria com a sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade” (GIDDENS, 2001, p. 79), apresentando como principais características “descentralização, dupla democratização, renovação da esfera pública-transparência, eficiência administrativa, mecanismos de democracia direta e governo como administrador de riscos” (GIDDENS, 2001, p. 87).

Assim, fica evidente o esvaziamento do conteúdo da democracia e a separação entre o econômico e o político. Em outros termos:

[...] perdeu-se a discussão das políticas sociais como materialização dos direitos sociais. As lutas e as conquistas dos anos de 1980 no Brasil, de direitos universais deram lugar a naturalização do possível, isto é, se um Estado em crise não pode executar as políticas sociais, repassa para a sociedade civil e esta, por sua vez, focaliza as políticas sociais nos mais pobres para evitar o caos social. (PERONI, et al, 2009, p.766).

Diante desse contexto, a reforma do Estado no Brasil, nos anos 1990, é inspirada nessas correntes: Neoliberalismo e Terceira Via. Assim no primeiro mandato do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), foi criado, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), cujo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) é o documento oficial orientador das reformas no Brasil. Conforme este Plano, a saída para a superação da crise é a reforma do Estado, redimensionando seu padrão de organização e gestão, na busca de uma “administração pública gerencial” em substituição à administração pública burocrática. Na administração pública gerencial as estratégias de reforma do Estado são: “a privatização – processo de transformar uma empresa estatal em privada; terceirização – é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio; publicização – transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal”. (BRESSER

PEREIRA, 1998, p.61). As políticas sociais são consideradas serviços não exclusivos do Estado e, assim sendo, de propriedade pública não-estatal ou privada. E a educação, conforme o ministro Bresser Pereira, está incluído nessa forma de propriedade:

No meio, entre as atividades exclusivas de Estado e a produção de bens e serviços para o mercado, temos hoje, dentro do Estado, uma série de atividades na área social e científica que não lhes são exclusivas, que não envolvem poder de Estado. Incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, entidades de assistência aos carentes, principalmente aos menores e aos velhos, os museus, as orquestras sinfônicas, as oficinas de arte, as emissoras de rádio e televisão educativa ou cultural, etc. (BRESSER PEREIRA, 2007, p. 12).

Nessa perspectiva, é no contexto da reforma do Estado que o Terceiro Setor é estimulado a essa forma de participação, estabelecendo um sistema de parceria entre Estado e sociedade, em que o Terceiro Setor assume a execução de políticas sociais e, concomitantemente, atue como espaço de “transferência de responsabilidades estatais”. (PERONI *et al.*, 2009, p.769).

As duas correntes acima tratadas influenciaram a introdução de mecanismos de mercado e, do trabalho voluntário no interior do Estado no Brasil. No caso em estudo observamos com a implantação do Programa Mais Educação, através do trabalho voluntário na tentativa do Poder Público de isentar-se de suas responsabilidades com a educação nacional, pois nas entrelinhas há um discurso neoliberal, que institui tais parcerias, pelo voluntariado, com o objetivo de responsabilizar os próprios indivíduos, por problemas na educação.

O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ESCOLA MUNICIPAL JARDIM PARAÍSO

O quadro a seguir descreve o perfil dos voluntários da Escola Municipal Jardim Paraíso.

Quadro 1. Perfil dos Voluntários X Atividade desenvolvida nos Macrocampos do PME

Voluntário	Idade	Endereço	Escolaridade	Qualificação Profissional	Atividade desenvolvida na escola	Quantidade de turmas	Remuneração	Período de atuação como Voluntário	Voluntário em outras instituições
Mariza* (Especificar os valores)	45	Jardim São Luiz	Superior Incompleto (Pedagoga)	Estudante	Acompanhamento Pedagógico (Letramento)	4	R\$ 240,00	2011 à 2013	Escola Municipal Raquel Ramão da Silva.
Como acadêmica do curso de pedagogia, gostei da ideia de desenvolver o que vinha aprendendo na sala de aula. (Voluntária Mariza, 2013)									
Endrea	21	Jardim Paraíso	Nível médio completo	Coreógrafa de Dança	Cultura e Arte (Dança)	4	R\$ 320, 00	2012 à 2014	Não
É uma coisa que eu gosto de fazer, que é dar aula. (Voluntária Endrea, 2014)									
Edson	42	Jardim São Luiz	Nível Médio Completo	Crefi de Educação Física (treinador de vôlei)	Esporte e Lazer (Recreação e Lazer)	4	R\$320,00	2011 à 2014	Não
Eu fui um ex-atleta, sempre gostei de trabalhar com crianças, eu também tenho, sou um dos proprietários do Cacerense Esporte Clube, tenho uma escolhinha de futebol, eu sempre gostei de trabalhar de voluntário nessas áreas. (Voluntário Edson, 2014)									

Cleonice	23	Marajoara	Pós-Graduação em Segurança Pública	Segurança Pública e Professora de Karatê (faixa preta 3º DAM)	Esporte e Lazer (Karatê)	4	R\$ 320,00	2011 à 2014	Escola Municipal Guanabara
O principal objetivo foi ajudar, em vista que o Karate contribui muito para formação, esse é o objetivo principal do Karate, pela disciplina. Não pela renda, e sim pelo engrandecimento do ser humano. (Voluntária Cleonice, 2014)									
Ricardo	27	Jardim do Trevo	Técnico em Segurança do Trabalho	Segurança do Trabalho e Professor de Capoeira (7º graduação)	Cultura e Artes (Capoeira)	4	R\$ 320,00	2012 à 2014	Escolas Municipais Jardim Guanabara, Novo Oriente e Vila Irene
Gosto de trabalhar com as crianças, mas para trabalhar no Mais Educação não podem vir pensando em questões financeiras, você tem que vir com aquele objetivo, eu to indo lá, eu vou encontrar crianças com dificuldades, eu vou ter que trabalhar essa criança, vou ter que me disponibilizar voluntariamente porque por questões financeiras não compensa. (Voluntário Ricardo, 2014).									

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados nas entrevistas com os voluntários.

Todos os monitores autorizaram revelar suas identidades mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

*No período que a monitora Marisa era voluntária, ainda recebia R\$ 60,00 reais por turma.

Os monitores foram questionados a respeito do trabalho voluntário: a Monitora Mariza (2014) respondeu que é uma doação, já os outros monitores relataram que o trabalho voluntário contribui na formação dos alunos e para a escola, e o Monitor Edson (2014) complementa “cada um tem que doar pra fazer alguma coisa pra comunidade, nós não podemos também ficar esperando apenas que nossos governantes façam, nós também temos que contribuir”.

Diante disso, conforme o Quadro 1, alguns desses monitores possuem um trabalho remunerado, com carteira assinada e outros que não tem um trabalho formal, mas trabalham como voluntariado para complementar a renda. Neste caso, esse trabalho voluntário não se configura como “trabalho voluntario”, mas sim um meio alternativo de renda.

Souza (2013) afirma que o desenvolvimento de uma atividade social por meio de um trabalho voluntário passa a ser, então, condição a ser assumida também para os que ainda não estão empregados, mas têm a perspectiva de se inserir ou se reinserir no mercado de trabalho.

Nesse sentido, “As empresas de recrutamento de pessoal, sobretudo de executivos, têm orientado a que, no currículo vitae de um profissional apto à empregabilidade, não falta menção ao desenvolvimento de uma atividade voluntária de interesse social” (SOUZA, 2013, p.37).

Conforme Souza (2013) o termo “empregabilidade” tem sido considerado a qualidade de estar apto ao emprego, tem que se enquadrar num perfil determinado pelas demandas do “mercado” de trabalho. “E, atualmente, para enquadrar-se no perfil de empregabilidade, é condição que se desenvolva uma atividade social voluntária”. (SOUZA, 2013, p. 38).

A instrumentalidade como aponta Guerra (2000) remete à qualidade e a capacidade de algo em ser meio de obtenção de finalidades. Nesse sentido, Montañó (2010) afirma que o sistema capitalista de produção, “na sua fase monopolista (madura e consolidada)”, transforma todas as relações sociais, instituições, indivíduos, valores, atos, em meio para acumulação capitalista e a reprodução das relações sociais. “Instrumentaliza todas as esferas da vida social para o seu primordial fim: a acumulação ampliada de capital” (MONTAÑO, 2010, p. 231).

De acordo com Fagundes (2006) o mercado rege-se pela lógica da rentabilidade econômica, as necessidades por ele priorizadas são as do capital. Dessa maneira, a fim de

neutralizar as deficiências do estado social e o elitismo do mercado, a alternativa mais viável, seria o fortalecimento do ‘setor voluntário’.

Uma vez que é capaz de captar apoios espontâneos, desonerando, dessa forma os cofres públicos; inovar nas respostas às demandas sociais; oferecer serviços ágeis e transparentes, além de promover a descentralização do poder concentrado no Estado (FAGUNDES, 2006, p. 10).

Nesse sentido, Montaño (2010) afirma que o Estado está sendo re-instrumentalizado para fins capitalistas, assim como as relações de produção e a sociedade civil.

A re-instrumentalização do Estado para os fins capitalistas é desenvolvido, conforme postulados neoliberais (e, no caso da América Latina, do Consenso de Washington), com a clássica reforma do estado, alterando os fundamentos da Seguridade Social, dos sistemas previdenciário, tributário dentre diversas outras reformas. A re-instrumentalização das relações de produção processa-se mediante o esvaziamento da legislação trabalhista, a alteração da relação de contratação – terceirização, precarização do vínculo empregatício, anulação dos acordos coletivos - a reorganização do processo de trabalho etc. A re-instrumentalização da sociedade civil está ainda sendo definida mediante a decodificação dos atores sociais, a ideologização de um “setor” (“terceiro”) que integra diversos sujeitos que perseguem o mesmo fim (a ajuda ao necessitado), a desarticulação das lutas sociais e, ainda mais, a retirada do horizonte do seu agente, transformando luta em “agir comunicativo”, em interação, o confronto de interesses em procura de consenso. (MONTAÑO, 2010, p.231-232).

Enfim, percebemos que o Estado está sendo re-instrumentalizado para fins capitalista, assim como as relações de produção e a sociedade civil através da Reforma do Estado, precarização do trabalho e mediante a flexibilização de contratos, a ideologização de um terceiro setor que integra diversos sujeitos que perseguem o mesmo fim: a ajuda ao necessitado. Nesse sentido, os voluntários ao acreditarem que devem fazer trabalho voluntário como forma de contribuir com a sociedade, como uma boa ação estão, inconscientemente, assumindo ideologicamente, o papel do Estado com a educação, e no caso com o PME, neste caso, o Estado é “subsidiador e promotor do processo ideológico, legal e financeiro de transferência da ação social para o terceiro setor ou voluntariado” (MONTAÑO, 2010, p.235).

O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ESCOLA MUNICIPAL RAQUEL RAMÃO DA SILVA

O quadro a seguir descreve o perfil dos voluntários da Escola Municipal Raquel Ramão da Silva.

Quadro 2. Perfil dos Voluntários X Atividade desenvolvida nos Macrocampos do PME

Voluntário	Idade	Endereço	Escolaridade	Qualificação Profissional	Atividade desenvolvida na escola	Quantidade de turmas	Remuneração	Período de atuação como Voluntário	Voluntário em outras instituições
Mariza* (Especificar os valores)	45	Jardim São Luiz	Superior Incompleto (Pedagoga)	Estudante	Acompanhamento Pedagógico (Letramento)	5	R\$ 300,00	2012 a 2013	Esscola Municipal Jardim Paraíso
Como acadêmica do curso de pedagogia, gostei da ideia de desenvolver o que vinha aprendendo na sala de aula. (Voluntária Mariza, 2013)									
Maristela	35	Cohab velha	Superior Completo	Pedagoga	Acompanhamento Pedagógico (Letramento)	5	R\$ 400,00	2012 a 2014	Não
Pela questão do salário mesmo, estando sem trabalhar é difícil. (Voluntária Maristela, 2013).									
Regina	33	Maracanãzinho	Superior Completo	Pedagoga	Acompanhamento Pedagógico (Letramento)	5	R\$ 400,00	2013 a 2014	Não
Gosto de trabalhar com crianças e também é um aprendizado para quem quer pegar uma sala de aula. (Voluntária Regina, 2014).									
Keila	23	Rodeio	Superior Completo	Formada em Educação Física	Cultura e Arte (Dança)	8	R\$ 640,00	2012 a 2014	Não
Eu estudei aqui a minha vida inteira, então o meu interesse em trabalhar aqui é uma questão de retribuição por tudo que a escola tinha feito por mim. (Voluntária Keila, 2014)									

Jair	39	Maracanãzinho	Nível Médio Completo	Crefi de Educação Física (treinador de futebol)	Esporte e Lazer (Recreação e Lazer)	8	R\$640,00	2012 a 2014	Não
Porque eu gosto da área de Esporte (Voluntário Jair, 2014)									
Thiago	26	Poupex	Superior Completo	Formado em Licenciatura em Computação	Cultura digital (Informática)	8	R\$640,00	2013 a 2014	Não
Por motivo financeiro e também desenvolver o que eu aprendi na faculdade. (Voluntário Thiago, 2014)									
Paulo	27	Poupex	Superior Incompleto (Pedagogo)	Estudante	Cultura e Artes (Pintura)	8	R\$640,00	2013a 2014	Não
Financeiro e adquirir experiência. (Voluntário Paulo, 2014).									

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados nas entrevistas com os voluntários.

Todos os monitores autorizaram revelar suas identidades mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os monitores foram questionados a respeito do trabalho voluntário e a Monitora Mariza (2013) respondeu que é uma doação, já os outros monitores relataram que o trabalho voluntário contribui na formação dos alunos e para a escola, enquanto o Monitor Paulo (2014) complementa que é importante no que se refere à comunidade trabalhar junto com a escola. Já o Monitor Thiago (2014) acrescenta que “É um suporte para a escola, quando a coordenadora precisa de professores, ela chama os professores do Mais Educação”.

Fagundes (2006) afirma que a partir da segunda metade da década de 1970, com o surgimento da crise do modelo de estado social keynesiano-fordista, ocorreram significativas mudanças na ideia, no estabelecimento da política social. “Havia a concepção do equilíbrio entre crescimento econômico e possibilidades de expansão do setor público, e o Estado era o centro no processo de regulamentação social. Este é um modelo que se esgotou” (FAGUNDES, 2006, p. 5). Tal constatação ensejou estudos e ações que ressaltaram a importância de dar nova vida à sociedade na provisão social, principalmente no denominado “setor voluntário”, e da solidariedade.

De acordo com Montaña (2010) o termo solidariedade pode definir um direito e/ou uma obrigação. Entendida como direito, a solidariedade é tida como uma opção: “ser solidário remete aqui a uma ação voluntária, que exige valores individuais altruístas”. Entretanto a solidariedade considerada como obrigação refere a uma “atividade compulsória, necessária, exigida por leis e operacionalizada por uma instituição geral: como no padrão fordismo/keynesiano é o Estado.” (MONTAÑO, 2010, p.166).

Nesse sentido, Montaña (2010) afirma que na realidade, o que os autores do “terceiro setor” chamam de “solidariedade” não representa a noção genérica do termo, mas uma forma de operacionalizá-la. Desse modo, o conceito de solidariedade empregado no debate hegemônico do “terceiro setor” baseia-se no voluntarismo, na doação. “Elimina, portanto, o direito de receber assistência e serviços”. (MONTAÑO, 2010, p.167).

Klein (2006) acrescenta que a escola tem sido um locus de desenvolvimento dessa racionalidade neoliberal, passando a assumir essa forma de lidar com os problemas sociais através dos processos de ensino, agindo como se tais problemas fossem preocupações suas e como se sua participação fosse imprescindível para o desenvolvimento do país.

Oliveira (2004) revela que as reformas educacionais que se implantam na América Latina possuem um duplo enfoque: “a educação dirigida à formação para o trabalho e a educação orientada para a gestão ou disciplina da pobreza”. A autora assinala que a fórmula

para se expandirem os sistemas de ensino de países populosos e com grandes níveis de desigualdade social será buscada por meio de “estratégias de gestão e financiamento, que vão desde a focalização das políticas públicas educacionais ao apelo ao voluntarismo e ao comunitarismo”. (OLIVEIRA, 2004, p.5).

Diante disso, tais estratégias possibilitam arranjos locais como a complementação orçamentária com recursos da própria comunidade assistida e de parcerias, como por exemplo, as festas, bingos que as escolas promovem, e no caso em questão o desenvolvimento do PME que são realizados por voluntários. E a equidade far-se-ia presente, sobretudo nas políticas de financiamento, a partir da definição de custos mínimos assegurados para todos.

Klein (2006) acrescenta que tanto os governos quanto o empresariado têm articulado políticas públicas que priorizam a modernização da escola, bem como um aumento da permanência da criança nesse espaço. Desse modo, investir na educação como base para o crescimento econômico futuro, redesenhando os sistemas educacionais de forma que atendam às necessidades do comércio e da indústria, têm sido os objetivos a serem alcançados por essa “governamentalidade neoliberal”. (KLEIN, 2006, p. 5).

Nesse contexto, Montaña (2010) esclarece que o “Estado dirigido pelos governos neoliberais, se afasta parcialmente da intervenção social, porém é subsidiador e promotor do processo ideológico, legal e financeiro de transferência da ação social para o terceiro setor ou voluntariado” (MONTAÑO, 2010, p.235).

Constatamos que o Estado é um ator em destaque nesse processo, pois de acordo com Montaña (2010) possui um papel fundamental nas transformações operadas pelos governos e pelo capital sob hegemonia neoliberal. No caso específico o apelo à participação da sociedade na escola por intermédio do voluntariado amparado na Lei do Voluntariado nº 9.608/1998, nada mais significa a diminuição da intervenção estatal transferindo esta ação para a auto-responsabilidade dos necessitados pela solução dos seus próprios carecimentos. Isto significa um auto-financiamento pelos próprios sujeitos carentes, complementado pela participação voluntária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de responder o objetivo sobre relação entre Estado e o papel do voluntariado no Programa Mais Educação (PME) procuramos compreender as alterações no papel do Estado e as relações entre Estado e sociedade civil a partir da década de 1980.

Os dados levantados e analisados nesta pesquisa revelaram que nas duas escolas o projeto de “Autonomia Escolar” está maquiado por “Responsabilização dos Atores Escolares”, tais como, os professores (os espaços que eram utilizados pelos professores foram disponibilizados para o PME), alunos (os alunos devem ter assiduidade se não são retirados do projeto), coordenadora, diretora, merendeira (aumentou o contingente de alunos e o salário desses trabalhadores não), pais e a comunidade por meio dos monitores e também os espaços que a comunidade deve disponibilizar para a realização deste projeto.

Nesse sentido, a autonomia da escola pública não pode estar associada a uma situação de afastamento do Estado de suas obrigações, no caso a educação, com projetos como o PME que tentam fazer um diálogo com a comunidade, e que na realidade estão responsabilizando os sujeitos pelo seu desenvolvimento, e conseqüentemente, pelo sucesso ou fracasso do mesmo.

Nesse sentido, Montañó (2010) pontua que as políticas sociais focalizadas contestam o princípio universalista, corroendo a sua condição de direito de cidadania, assim sendo destinadas a uma parcela da população carente de determinado serviço social. Conforme o caso exposto, o PME se configura numa política social focalizada a determinado grupo de alunos, que se encaixam em tais critérios para serem atendidos pelo programa, no entanto isso redundará numa dualidade tanto na qualidade dos serviços e do acesso a eles.

O trabalho voluntário aqui apresentado configurar-se num trabalho precário, pois há voluntários que estão na escola há dois anos, e estes não terão seus direitos assegurados tal como trabalhadores com Carteira assinada ou mesmo servidores efetivos no serviço público. Vale ressaltar que esse tipo de utilização de mão-de-obra caracterizado como trabalho precário, por meio do voluntariado, parece um subterfúgio do Estado para não contratar por meio de concurso os profissionais necessários para o desenvolvimento dessas atividades do PME.

Para finalizar, concluímos que o trabalho voluntário apresenta-se como um aspecto da re-instrumentalização do Estado para fins capitalistas, mediante a decodificação dos atores

sociais pela ideologização de um terceiro setor que integra diversos sujeitos que perseguem o mesmo fim: a ajuda ao necessitado. Nesse sentido, os voluntários ao acreditarem que devem fazer trabalho voluntário como forma de contribuir com a sociedade e com a educação estão, inconscientemente, assumindo ideologicamente, o papel do Estado com a educação, e no caso com o PME, neste caso, o Estado é “subsidiador e promotor do processo ideológico, legal e financeiro de transferência da ação social para o terceiro setor ou voluntariado” (MONTAÑO, 2010, p.235).

Acreditamos que por mais que programas como o PME se apresentem, teoricamente, como inovadores, a realidade das escolas públicas, conforme constatamos nesta pesquisa, devem percorrer um longo caminho até estarem preparadas tanto do ponto de vista da valorização profissional para implementar ações de educação integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação: passo a passo**. Brasília, DF. MEC/Secad, 2009d. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao. Acesso em: 8/5/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Mais Educação: passo a passo**. Brasília, 2011. (Série Mais Educação).

FAGUNDES, Helenara Silveira. **As Repercussões do Voluntariado e da Solidariedade nas Políticas Sociais no Brasil**. Sociedade em Debate, Pelotas, 12(1): 87-102, jun./2006. Disponível em: < <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/>>. Acesso em: 25/04/2014.

GIDDENS, Anthony. (Org.). **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, nº 62, São Paulo, Cortez, 2000.

KLEIN, Rejane Ramos. **Educação & Voluntariado: uma parceria produtiva**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, Reginaldo. Neoliberalismo. **De onde vem, para onde vai?**. SENAC. São Paulo: 2001 (Série Ponto Futuro; 6).

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A Reestruturação do Trabalho Docente**: precarização e flexibilização. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 25/04/2014.

PERONI, Vera. & ADRIÃO, Theresa. **Público não-estatal**: estratégias para o setor educacional brasileiro. IN: ADRIÃO, Theresa, PERONI, Vera (Org.). O público e o privado na educação, interfaces entre Estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2003.

_____; OLIVEIRA, R.T.C.; FERNANDES, M.D.E. **Estado e terceiro setor**: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

_____. **As parcerias público privadas na educação e as desigualdades sociais**. Texto digitado. 2010.

SOUZA, Silvana Aparecida de; SILVA, Maria Vieira. **Educação e Responsabilidade Empresarial**: “novas” modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 779-798, out. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25/04/2014.

SOUZA, Silvana Aparecida. **Educação, Trabalho Voluntário e “Responsabilidade Social”**. São Paulo: Xamã, 2013.

Documento eletrônico:

(<http://www.rodaviva.fapesp.br/> acesso em 09/06/2013)